



# PREFEITURA MUNICIPAL

# DE

# ALTO PARAÍSO/RO

## **AVISO**

Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3534-2981





Estado de Rondônia  
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 018/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 1101/2026**  
**MODO DE DISPUTA ABERTO**  
**EXCLUSIVO ME EPP**

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1 PREÂMBULO:** A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº. 63.762.025/0001-42 com sede à Rua Marechal Cândido Rondon, 3031, Centro, CEP: 76.862-000, Alto Paraíso/RO, representada pelo Prefeito Sr. João Pavan, vem através de seu Pregoeiro(a)/Agente de contratação a Sr. Bruna Quinaia, designada pelo Decreto Municipal nº **5122/2024**, tornar público para conhecimentos dos interessados, de acordo com a legislação em vigor, que se encontra aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será julgado por **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por finalidade o “**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, VISANDO CONTEMPLAR O PLANO DE TRABALHO BEM COMO TERMO DE CONVÊNIO Nº 612/2025/PGE-SEJUCEL, PARA ATENDER ÀS ATIVIDADES, PROJETOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.**”

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e Decreto Municipal n.º 4646/2023, e demais normas aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida neste Processo Administrativo. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/> e/ou [www.altoparaíso.ro.gov.br](http://www.altoparaíso.ro.gov.br).

A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 11/06/2026 Horário: 10h:00min (Horário de Brasília)**

**As propostas poderão ser enviadas até a data e horário limite da Abertura da Sessão.**

**Valor total estimado: R\$ 57.071,01 (Cinquenta e sete mil setenta e um reais e um centavos).**

**LOCAL: <https://licitanet.com.br>**

**Pregoeiro/Agente de Contratação (a): Bruna Quinaia**

**1.1** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

Pregoeiro em contrário.

**1.2** Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

**1.3 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

**1.3.1** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo N° 1101/2026** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**1.3.2** Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

**1.3.3** Sempre será admitido que o presente Edital e seus anexos tenham sido cuidadosamente examinados pelas Licitantes, não se isentando do fiel cumprimento de seu conteúdo, após a apresentação da proposta, devido à omissão ou negligência oriunda de alegação de desconhecimento, discordância de seus termos ou interpretação equivocada de quaisquer de seus itens.

**2 DO OBJETO, PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO.**

**1.2 OBJETO: “AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, VISANDO CONTEMPLAR O PLANO DE TRABALHO BEM COMO TERMO DE CONVÊNIO N° 612/2025/PGE-SEJUCEL, PARA ATENDER ÀS ATIVIDADES, PROJETOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.”**

**2.2** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – <https://licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no ANEXO II deste Edital (Termo de Referência) e neste Edital prevalecerão às últimas;

**2.3 DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

**2.3.1** Os prazos e locais de entrega estão descritos no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital, o qual foi devidamente aprovado pelo (a) ordenador (a) de despesa do órgão requerente;

**2.3.2** O recebimento ficará sob a responsabilidade da Comissão de Recebimento, nomeada pela contratante, que receberá **provisoriamente e definitivamente** em cumprimento das formalidades legais assinando a nota fiscal/fatura tudo de acordo com o previsto no Termo de Referência.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**3.1** Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, nos termos do Art. 164, Parágrafo Único, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.2** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via e-mail através do endereço: [cpl.altoparaíso.ro.gov.br](mailto:cpl.altoparaíso.ro.gov.br), ou [cpl.pmap123@hotmail.com](mailto:cpl.pmap123@hotmail.com), ou através da plataforma do **licitanet** dentro do campo próprio (ao transmitir via e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 99974-9293, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Alto Paraíso/RO, no horário das 07h:30min às 13h:30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, na Rua Marechal Cândido Rondon, 3031, Centro, CEP: 76.862-000.

**3.2.1** A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada, preferencialmente, via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do sistema eletrônico do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

**3.2.2** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**3.2.3** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), nos termos do Art. 164, Parágrafo Único.

**3.2.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**3.2.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro, nos autos do processo de licitação, conforme § 2º, do artigo 16, da IN SEGES nº 73/2022.

**3.2.6** As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos às licitantes que tenham adquirido o Edital.

**3.2.7 ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Adendo Modificador, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.

**3.2.8 NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**3.2.9 ERRATA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo implicar ou não na formulação das propostas, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente estabelecido.

**3.2.10 AVISO DE REABERTURA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente.

**3.2.11** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), opção “**licitação**”, disponíveis para consulta por qualquer interessado.

#### **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar desta Licitação, **somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País**, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação, constantes do Edital e seus anexos.

**4.1.1.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

**4.2.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

**4.3.** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**4.4.** Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

**4.4.1.** Para tais efeitos será sempre interpretado que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**4.5. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:**

**4.5.1.** Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e estiverem devidamente credenciados no Sistema de Licitações Online, por meio do site <https://licitanet.com.br/>;

**4.5.2.** As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

sessão pública via internet.

**4.5.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>;

**4.5.4.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

<b>Plano avulso</b>	<b>30 dias</b>	<b>90 dias</b>	<b>365 dias</b>
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

**4.5.5.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.5.6.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, nem a Prefeitura de Alto Paraíso, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**4.5.7.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**4.6 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

**4.6.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.6.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.6.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.6.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.6.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.6.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.6.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.6.8** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.6.9** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7** O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.8** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.9** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.10** O disposto nos itens **4.6.2** e **4.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.12** A vedação de que trata o item **4.6.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**5. DAS CONDIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**

**5.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**5.2.** O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06 (versão atualizada).

**5.3.** No ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123 (versão atualizada) e que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**5.4.** Relativamente aos artigos 3º, 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006 (versão atualizada) que tratam do enquadramento e habilitação, além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da empresa, a licitante deverá declarar que atende os requisitos do artigo 3º para fazer jus aos benefícios previstos.

**5.5.** O favorecimento estabelecido nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar permite à licitante entregar a documentação que contenha possível restrição, devidamente sanadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais cinco dias, quando for o caso, para efeito de assinatura de contrato.

**5.6.** Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

**5.7.** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 3.º, § 4.º da referida Lei, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

**5.7.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.7.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**5.7.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);

**5.7.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

- 5.7.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);
- 5.7.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;
- 5.7.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.** O Sistema verificará automaticamente junto a Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (versão atualizada).
- 5.9.** A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

**6. DAS CONDIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014.**

- 6.1** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.
- 6.2** No ato do cadastramento no sistema <https://licitanet.com.br/>, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- 6.3** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na LC nº 123, de 2006, mesmo que a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO**





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**7.1** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da **proposta**, a partir da data da liberação do Edital no site <https://licitanet.com.br/>, até a abertura do certame, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

**7.2** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

**7.3** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, as Licitantes deverão REGISTRAR suas propostas de preços, no campo próprio do sistema, incluindo marca, modelo, quantidade e o preço (conforme solicitado), até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA.

**7.4** As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

**7.5** Caso seja identificada pelo Pregoeiro qualquer menção de marca, que leve a **IDENTIFICAÇÃO da proponente, a proposta poderá ser DESCCLASSIFICADA antes ou posterior à fase de lances.**

**7.6** Incumbirá ao licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.7** A proposta inserida, seus lances, bem como a proposta impressa protocolada (caso solicitada) será considerada pela Administração com validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação e caso não seja expressa outra validade pelo licitante, será considerado com anuência intrínseca do proponente.

**7.8** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto ou quaisquer outras condições descritas **no sistema Licitanet e as especificações constantes no MODELO DE CARTA PROPOSTA e EDITAL**, prevalecerão às duas últimas.

**7.9** Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

## **8. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000 – Alto Paraíso - RO.  
Fone (69) 3534-2981 – e-mail: [cpl@altoparaíso.ro.gov.br](mailto:cpl@altoparaíso.ro.gov.br) - [www.altoparaíso.ro.gov.br](http://www.altoparaíso.ro.gov.br)

10





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**8.1** Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, da sessão pública virtual, o detentor da melhor oferta deverá encaminhar **os documentos de habilitação exigidos no edital e Proposta de Preços devidamente ajustada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, sob pena de desclassificação da empresa, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos.** quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**8.2** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**8.3** Após encerrado o prazo para o envio dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, Art. 39. § 4º IN SEGES nº 73/2022.

**8.4 8.5** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**8.6** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**8.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta. **Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.**

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

**8.9** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

## **9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

**9.1** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de “**MENOR PREÇO POR ITEM**”





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**9.2** O desconto ofertado no lance deverá ser aplicado proporcionalmente a todos os itens da planilha.

## **10. DO MODO DE DISPUTA**

**10.1.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**10.5.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro/agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIOS DE DESEMPATE.**

**11.1.** A partir da data e horário previstos e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o pregoeiro/agente de contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no EDITAL.

**11.2.** O pregoeiro/agente de contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente)**, DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**11.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**11.3.** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCCLASSIFICARÁ a proposta.**





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**11.3.1.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de julgamento.

**11.3.2.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.3.3.** A proposta de preços será considerada manifestadamente inexecutável, conforme previsto no art. 34 da IN 73/22.

**11.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.5.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**11.6.** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site: <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

**11.7.** Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**11.7.1.** Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor preço ofertado pelo valor total do item, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

**11.7.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.**

**11.8.** A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” serão feitos pelo pregoeiro/agente de contratação, a qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema “Licitanet”, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.

**11.9.** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**11.9.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00 (um real)**.

**11.9.2.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**11.10.** A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**11.11.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**11.12.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**11.13.** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro/agente de contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item (dentro do ITEM), através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**11.13.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

**11.13.2.** O proponente que encaminhar o lance com valor manifestamente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de julgamento;

**11.14.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

**11.14.1.** O pregoeiro/agente de contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

**11.14.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.

**11.15.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances de **01 (um) a 15 (quinze) minutos**, determinado pelo pregoeiro/agente de contratação, de acordo com a comunicação às licitantes, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico.

**11.16.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**11.17.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

**11.18.** Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA LICITANET**;

**11.19. Se houver duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos:**

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**11.19.1 § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:**

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**11.20.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**11.21.** Nos casos em que o sistema Licitanet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

**12.1.** Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema licitanet, devendo o pregoeiro/agente de contratação examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Departamento de Compras, bem como, se o valor unitário e total se encontra com no máximo 02 (duas) casas decimais;

**12.1.1.** O Pregoeiro/agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**12.1.2.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro/agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**12.1.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**12.2.** Serão realizadas, sem interrupções, tantas rodadas de negociação forem necessárias para obtenção do melhor preço para a administração através do “chat mensagem” do sistema, podendo o Pregoeiro/agente de contratação determinar ao representante, prazo máximo de 05 (cinco) minutos para resposta do chat, sendo que este tempo poderá ser concedido quantas vezes for necessário ou até que se esgotem as ofertas por parte da Licitante.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**12.3.** Caso a licitante não negocie o valor proposto, através do CHAT MENSAGEM, no prazo de 05 (cinco minutos), o Pregoeiro/agente de contratação poderá desclassificar a licitante no item, cujo preço seja superior ao estimado para a contratação, valores apurados pelo Departamento de Compras do Município.

**13. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA, DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS COMPLEMENTAR.**

**13.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**13.2.** Poderá ser desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme previsto no art. 59, inciso III, da Lei 14.133/2021.

**13.2.1.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**13.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**13.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**13.5. Após o encerramento da etapa de lances a licitante melhor classificada será convocada para o envio da proposta atualizada com o último valor de lance ofertado pelo licitante no sistema, e documentações complementares (caso necessário), estes que deverão ser enviados no prazo máximo de 02 (duas) horas, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO (IN 73/2022);**

**13.6.** A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas neste Edital.

**13.6.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA LICITANET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word,. Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO;**

**13.6.1.1. A PREGOEIRO CONVOCARÁ SOMENTE 01 (UM) ÚNICO ITEM PARA ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA LICITANET, ONDE TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.**

**13.6.2.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**13.7.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**13.8.** Considerando que o sistema Licitanet, tem a opção de que a licitante melhor classificada realize a assinatura eletrônica de sua proposta atualizada com o último valor de lance ofertado pelo licitante no sistema, caso a licitante opte por assinar a proposta por meio do sistema, será dispensado o envio por meio de anexo.

**13.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**13.10.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**13.11.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**13.12.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

**13.13.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

#### **14. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA HABILITAÇÃO**

**14.1.** Concluída a fase de JULGAMENTO da (s) proposta (s) classificada (s) em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, a pregoeiro verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**14.1.1.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>)

**14.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**14.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**14.1.4. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;**

**14.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**14.1.6.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (art. 29, da IN 03/2018).

**14.1.7.** A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (art. 29, § 1º da IN 03/2018).

**14.1.8.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. (art. 29, § 2º da IN 03/2018).

**14.1.9.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## **15. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

**15.1** As propostas de preços deverão ser apresentadas por arquivo eletrônico ou digitalizada, em língua portuguesa, em 01 (uma) via, sem ressalva, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinadas na última, pelo responsável ou procurador da licitante, contendo as condições exigidas nos subitens abaixo, sob pena de desclassificação.

**15.2** As propostas de preços deverão conter as seguintes informações

**15.2.1** Dados da Empresa: Razão Social e CNPJ, endereço completo, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como o nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG, e cargo na empresa; e ainda as informações bancárias (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento);

**15.2.2** Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

**15.2.3** Descrição detalhada do objeto e demais condições conforme o Termo de Referência, ANEXO II;

**15.2.4 Prazo para entrega: Conforme especificações no termo de referência.**

**15.2.5** Preço unitário e cálculo total de cada item, em algarismos arábicos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência (ANEXO II) deste Edital;

**15.2.5.1** No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

**15.3** O cadastramento e posterior envio da proposta de preços e lances, bem como a concordância na fase de negociação, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**15.4** A unidade requisitante PODERÁ a qualquer tempo, solicitar documentos complementares para melhor comprovação da especificação dos itens ofertados, sendo que para isso as empresas serão CONVOCADAS formalmente pelo sistema, em prazo determinado pelo pregoeiro para o encaminhamento.

**15.5** O não envio da proposta de preços (se convocada) ou a não manutenção do último lance/proposta classificada, ensejará à licitante as sanções previstas neste Edital e nas Normas que regem este Pregão.

**15.6** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

**15.7** A aceitação da licitante ocorrerá após o término do prazo máximo, proposto para envio das propostas.

**15.8** Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo pregoeiro, via sistema ou por meio do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

## **16. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **16.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação; Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício, no caso de sociedade civil,
- b) Documentos de identificação contendo **RG e CPF** do (s) sócio (s) ou sócio administrador;
- c) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (**RG e CPF**);
- d) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- e) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

#### **16.1.1. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União,





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);

- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Comprovante da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.
- f) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- g) Conforme alínea **XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, apresentar uma declaração onde há proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

#### **16.1.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa **Falência** e/ou **Concordata** ou de **Recuperação Judicial** – Lei nº 11.101/05 emitida pelo órgão competente, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 60 (Sessenta) dias caso não conste o prazo de validade);

#### **16.1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.1.3.1 Comprovação de Capacidade Técnica Operacional:** A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando aptidão em execução de serviços pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme disposto no art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021, estando às informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade na fase de habilitação, através de diligência;

**16.1.4.1 Entende-se por pertinente e compatível em características,** o (s) atestado (s) que contemplem serviços com o objeto deste certame.

### **16. DAS DECLARAÇÕES**

- a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo IV;
- b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo V).





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

c) Declaração Anticorrupção (anexo VI).

**Obs.1:** As Declarações poderão ser em papel timbrado e estarem devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.

**Obs.2:** Considerando que no momento do cadastro da proposta e envio dos documentos de habilitação no sistema Licitanet, a licitante declara que está de acordo com todas as normas deste edital e legislações pertinentes, caso a licitante realize a assinatura eletrônica, será dispensado o envio da declaração por meio de anexo.

## **17. DOS RECURSOS**

**17.1** Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

**17.2.** Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (Art. 165, I, da Lei 14.133/2021).

**17.3.** Os recursos poderão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min. às 13h30min e/ou por e-mail [cpl.altoparaíso.ro.gov.br](mailto:cpl.altoparaíso.ro.gov.br), e/ou na plataforma do **licitanet** em campo próprio do sistema ou **via correio, Sedex** com AR.

**17.4.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

**17.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.6.** A decisão do pregoeiro a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

**17.7.** Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO à Rua Marechal Cândido Rondon – centro - CEP 76.862-000 - Alto Paraíso/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min. às 13h30min.

### **17.8. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:**

**a)** Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;

**b)** Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, impedimento no direito de licitar e contratar com a Prefeitura de Alto Paraíso/RO.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

17.8.1 Os recursos referidos na alínea “a” do item 17.8, deverão ser interpostos no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme estabelecido no (Art. 165, I, “d”, da Lei 14.133/2021);

17.8.2 Os recursos referidos na alínea “b” do item 17.8, deverão ser interpostos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato (Art. 166, da Lei 14.133/2021);

17.8.3 A intimação dos atos será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico;

17.8.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

18.1 A Adjudicação e homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/2021.

18.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

18.3 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1 As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital.

19.2. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

## **20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1 Os recursos necessários para esta contratação estão assegurados no orçamento financeiro na seguinte dotação:

As Despesas Ocorrerão Por Conta das Unidades Orçamentárias de 2025.

**Unidade Orçamentária: 02.08.01**

**Projeto/Atividade: 27.813.0008.2005.0000**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00**

**Ficha: 429**

## **21. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO**

21.1 É vedado o recebimento de produtos ou serviços que possuam marca ou características diversas do edital e na proposta, bem como descaracterize de qualquer forma o objeto licitado, salvo por ocorrência de





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

fato superveniente ou por motivo de força maior, devidamente justificado, e aceito pela Administração.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**22.1.** Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**22.2.** Ficam também consignadas as obrigações constantes no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**23.1.** Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**23.2.** Ficam também consignadas as obrigações constantes no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital.

## **24. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**24.1** Comete infração administrativa, conforme dispõe artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa a inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - e.1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - e.2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - e.3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- i) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- j) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**24.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**24.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**24.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**24.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**24.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**24.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h”, do item **24.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**24.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, do item **24.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h”, do item **24.1**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**24.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **24.10**, “g”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**24.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**24.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**24.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**24.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**24.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**25.1** A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO se reserva no direito de:

**25.2** Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

**25.2.1** Revogar por interesse da **Prefeitura de Alto Paraíso/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao art. 71, II, da Lei 14.133/2021.

**25.3** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

**25.4** Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

**25.5** As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

25.6 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/2021, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo pregoeiro.

25.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO.

25.8 Na contagem dos prazos deste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

25.9 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

25.10 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura de Alto Paraíso, a finalidade e a segurança da contratação.

25.11 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

25.12 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

25.13 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

25.14 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

25.15 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

25.16 Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as condições constantes na Lei 14.133/2021, IN 73/2022, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

25.17 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados por meio da Internet no site <https://licitanet.com.br/>, e alternativamente no site [www.altoparaíso.ro.gov.br](http://www.altoparaíso.ro.gov.br);

25.18 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (69) 3534-2981, ou através do e-mail: [cpl@altoparaíso.ro.gov.br](mailto:cpl@altoparaíso.ro.gov.br) ou na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

25.19 A administração pública municipal, reserva-se o direito de efetuar o reajustamento de preço em conformidade com as normas estabelecidas no art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

## **26. FORO**

**26.1** O Foro da Comarca de Ariquemes Estado de Rondônia fica eleito para solucionar as questões atinentes a esta licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **27. ANEXOS**

27.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III: MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP/MEI/ E OUTROS

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

**Observação:** Para todos os efeitos legais, considera-se como data deste edital aquela correspondente à assinatura eletrônica realizada no sistema eletrônico;

**Bruna Quinaia**  
**Agente de Contratação**





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026**

**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

Número do processo: 1101/2026

**2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

- WEVERSON RODRIGUES DO PRADO - (Presidente) matrícula 1066
- MARCELO GOMES DE OLIVEIRA – Membro – Matrícula 3974
- CARLOS EDUARDO DALPIAZ - (Membro) matrícula 3926

**3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP**

Lei Federal nº 14.133/2021 - Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autarquias e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- a) Constituição Federal;
- b) Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- d) LC 131/09 (Lei da Transparência);
- e) LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- f) Outras legislações existentes quanto ao assunto.

**4. VINCULAÇÃO AO CONVENIO**

A presente contratação está vinculada ao Termo de Convênio nº 612/2025/PGE-SEJUCEL, celebrado entre o Estado de Rondônia e o Município de Alto Paraíso/RO, com recursos oriundos de emenda parlamentar, devendo sua execução observar integralmente o Plano de Trabalho aprovado e as condições estabelecidas no referido instrumento.

**5. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

A presente contratação decorre da necessidade de cumprimento do objeto pactuado no Convênio nº 612/2025, firmado entre o Estado de Rondônia e o Município de Alto Paraíso/RO, visando a aquisição de materiais esportivos essenciais para a execução das atividades previstas no





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

Plano de Trabalho aprovado.

Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais esportivos, compreendendo bolas de futsal, futebol, handebol, voleibol, coletes esportivos, redes e itens correlatos, destinados a atender às atividades, projetos e competições promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

**6. ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (SEMTUR)	VALMIR JOSÉ CHRIST SECRETÁRIO MUNICIPAL

**7. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação decorre da necessidade de cumprimento do objeto pactuado no Convênio nº 612/2025, visando a aquisição de materiais esportivos indispensáveis à execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, garantindo qualidade, segurança, padronização das práticas esportivas e promoção da inclusão social.

A SEMTUR desenvolve políticas públicas voltadas ao incentivo da prática esportiva, promovendo campeonatos, projetos sociais e escolinhas de iniciação que atendem mais de 400 participantes.

**8. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Para definição da solução mais adequada à Administração Pública, foram analisadas as seguintes alternativas:

- I – Adesão à ata de registro de preços;
- II – Contratação por dispensa de licitação;
- III – Realização de Pregão Eletrônico.

A adesão à ata de registro de preços foi descartada, tendo em vista que os recursos utilizados são oriundos do Convênio nº 612/2025, o qual possui objeto previamente definido e vinculado ao respectivo Plano de Trabalho, exigindo controle direto e integral da execução, não sendo compatível com a utilização de atas de terceiros, que poderiam comprometer a rastreabilidade, a vinculação do objeto e a adequada prestação de contas.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

A contratação por dispensa de licitação não se mostrou viável, uma vez que o valor estimado da contratação ultrapassa os limites legais estabelecidos no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, além de não se enquadrar nas hipóteses excepcionais previstas na referida legislação.

Diante disso, considerando que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, caracterizados por padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, bem como a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, **conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, é a solução mais adequada**, por assegurar a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa, a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, transparência e interesse público.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação, por item, de materiais esportivos conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência, com fornecimento integral dentro da vigência do Convênio nº 612/2025.

A não adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza dos recursos, que são oriundos de convênio com objeto previamente definido e prazo de execução determinado, não havendo demanda futura incerta, mas sim necessidade específica vinculada ao Plano de Trabalho aprovado.

## **10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os materiais deverão:

- Atender às especificações técnicas oficiais;
- Possuir certificações de qualidade quando aplicável;
- Ser novos, resistentes e adequados ao uso contínuo;
- Possuir garantia mínima de 06 meses;
- Ser entregues em perfeitas condições de uso.




## **11. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**





Os quantitativos foram definidos com base na demanda dos projetos esportivos e no Plano de Trabalho aprovado no Convênio nº 612/2025.

01.	<b>BOLA DE FUTSAL ADULTO:</b> Características Principais Material: PU Peso: 410-440g Miolo: slip system - removível e lubrificado Gomos: 11 Circunferência: 61- 64 cm Câmara: AIRBILITY Construção: TERMOTEC PU Garantia do Fabricante: Contra Defeito de fabricação. "A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."		UND	05
02.	<b>BOLA DE FUTSAL SUB-11:</b> Confeccionada em poliuretano ou PVC, termos soldados ou termo colados, com câmara airbility, miolo em silicone lubrificado e substituível, com peso entre 300 a 330 gramas e circunferência entre 50 e 55cm. . "A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBFS e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."		UND	05
03.	<b>BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO:</b> Proporciona a fusão de partes diferentes em uma peça única, sem costuras, o produto se torna mais leve e resistente; Assegura menor absorção de água, sem perder a maciez. Composição: PU, Peso do Produto: 410 - 450 gr, Circunferência: 68 - 70 cm. Fabricada com material resistente, o modelo recebe uma dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo. . "A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para		UND	10







**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

	competições oficiais."			
04.	<b>Bola De Futebol Infantil SOCIETY:Nº3,4</b> Pu100% Ideal para jogos oficiais Circunferência: 61 – 64cm Peso: 300 a 330g Câmara: látex Sistema: termofusão Miolo: removível e lubrificado (slip) Material: PU 100% (Poliuretano) 14 gomos "A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."		UND	10
05.	<b>Bola De Futebol ADULTO SOCIETY</b> Peso: 410-450g Circunferência: 68-70 cm Gomos: 6 Laminado: PU, Construção: Ultra Fusion, Câmara: 6D, Sistema de Forro: Termo fixo, Camada Interna: Evacel, Processo Extra: Dupla Colagem Cápsula SIS,"A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."		UND	15
06.	<b>COLETE ESPORTIVO Infantil:</b> Confeccionado em 100% poliéster (dry), sem gola, cores variadas dupla face, tamanho P e M		UND	12
07.	<b>Bola De Handebol:</b> Circunferência: 50 cm x 52 cm, Peso da bola: 225 g x 275 g Material da bola: superior macio e aderente com relevo Kempa Tipo de costura: Costurada à mão A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial com a aprovação da IHF - Federação Internacional de Handebol QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."		UND	05





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

08.	<p><b>Kit Rede de Vôlei Personalizada + Suporte de Antena + Par de Antenas de Fibra de Vidro:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Medidas da rede:</b> 9,5m x 1,00m de altura, Fio: 2,00mm, com tratamento Anti-UV; Malha: 10cm entre nós; Faixa lateral: 25cm. Faixas superior e inferior: 7cm;</li><li>• Faixas impermeáveis (lona de toldo) com tratamento UV; Impressão com tratamento UV, trazendo mais qualidade e durabilidade e uma melhor qualidade de impressão; Acompanha corda para amarração, de 4mm de polipropileno trançado. <b>1 par de antenas de fibra de vidro oficial;</b> Altura da antena: 1,80 metros de altura. <b>Par de suporte para antena de fibra de vidro.</b></li></ul> <p><b>Material:</b> 100% Algodão, faixa de tecido na cor crú branco, Com fio para fixação costurado; <b>Dimensões:</b> 1 Metro de Altura por 5 Centímetros de Comprimento;</p>		UND	20
09.	<p><b>Bola de Vôlei de Quadra Oficial:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Indicação: Competição   Profissionais e Amadores</li><li>• Vôlei de Quadra</li><li>• Painéis: 18</li><li>• Tamanho: 5 - oficial</li><li>• Composição: Super Composite Cover</li><li>• Circunferência: 65-67cm</li><li>• Laminada e com tratamento antibactericida</li><li>• Composição do material Microfibra e Poliuretano</li><li>• Calibragem: 4.27 - 4.62 psi</li></ul>		UND	20

## 12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R\$ 56.154,51 (cinquenta e seis mil cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), conforme levantamento de mercado e compatível com o valor aprovado no Convênio nº 612/2025.

## 13. EXECUÇÃO DO OBJETO





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

A entrega dos materiais deverá ocorrer em parcela única ou conforme cronograma formalmente definido pela Administração, devidamente justificado e compatível com a execução do objeto do Convênio nº 612/2025, devendo ocorrer integralmente dentro da vigência do referido instrumento, sendo vedada qualquer execução, pagamento ou reconhecimento de despesa após o término da vigência.

#### **14. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO**

A contratação está alinhada ao planejamento da SEMTUR e às metas estabelecidas no convênio, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer.

#### **15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A seleção será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, conforme Lei nº 14.133/2021.

#### **16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

A equipe de planejamento declara viável a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais esportivos, considerando a necessidade pública e a adequação técnica e orçamentária.

#### **17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Conclui-se que a contratação por meio de Pregão Eletrônico, com julgamento por item, é a solução mais vantajosa para a Administração, garantindo economicidade, eficiência e atendimento ao objeto do Convênio nº 612/2025.

#### **18. DAS VEDAÇÕES**

É vedada a utilização dos materiais adquiridos para finalidade diversa da prevista no Convênio nº 612/2025, bem como sua destinação a outros programas, secretarias ou ações não contempladas no Plano de Trabalho.

O descumprimento desta condição implicará na obrigatoriedade de restituição dos recursos aos cofres públicos, sem prejuízo das sanções administrativas e legais cabíveis.

#### **19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
***Comissão Permanente de Licitação - CPL***

A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, que verificarão o cumprimento das obrigações contratuais, a conformidade dos materiais entregues e a correta aplicação dos recursos públicos.

A Administração poderá realizar inspeções e solicitar informações a qualquer tempo, visando assegurar a adequada execução do objeto e o cumprimento das exigências do Convênio nº 612/2025.

## **20. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A execução da contratação deverá observar rigorosamente as exigências de prestação de contas previstas no Convênio nº 612/2025, sendo obrigatória a apresentação de documentos comprobatórios, tais como notas fiscais, relatórios de recebimento e demais registros que evidenciem a correta aplicação dos recursos.

Os documentos deverão ser mantidos organizados e disponíveis para fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026**

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais esportivos, compreendendo bolas, redes, coletes e itens correlatos, destinados a atender às atividades, projetos e competições promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer – SEMTUR.

A presente contratação está vinculada ao Termo de Convênio nº 612/2025/PGE-SEJUCEL, devendo observar integralmente o Plano de Trabalho aprovado.

**2. JUSTIFICATIVA**

A contratação decorre da necessidade de cumprimento do objeto pactuado no Convênio nº 612/2025, visando garantir a execução das atividades esportivas promovidas pelo município, incluindo campeonatos, projetos sociais e escolinhas de iniciação.

A aquisição dos materiais esportivos é essencial para assegurar qualidade, segurança, padronização das atividades e promoção da inclusão social.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**


A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelas normas aplicáveis aos convênios públicos e demais legislações pertinentes.

**4. MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item.

Não será adotado o Sistema de Registro de Preços, tendo em vista que os recursos são oriundos de convênio com objeto específico e prazo determinado.


**5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

ITEM	DESCRIÇÃO	Foto Ilustrativa	UND	QUANT.
01.	BOLA DE FUTSAL ADULTO: Características Principais Material: PUPeso: 410-440Miolo: slip system - removível e lubrificado Gomos: 11Circunferência: 61- 64 Câmara: AIRBILITYConstrução: TERMOTEC PUGarantia do Fabricante: Contra Defeito de fabricação. "A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."		UND	05








**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

02.	<b>BOLA DE FUTSAL SUB-11:</b> Confeccionada em poliuretano ou PVC, termos soldados ou termo colados, com câmara airbility, miolo em silicone lubrificado e substituível, com peso entre 300 a 330 gramas e circunferência entre 50 e 55cm. . “A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBFS e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais.”		<b>UND</b>	05
03.	<b>BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO:</b> Proporciona a fusão de partes diferentes em uma peça única, sem costuras, o produto se torna mais leve e resistente; Assegura menor absorção de água, sem perder a maciez. Composição: PU, Peso do Produto: 410 - 450 gr, Circunferência: 68 - 70 cm. Fabricada com material resistente, o modelo recebe uma dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo. . “A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais.”		<b>UND</b>	10
04.	<b>Bola De Futebol Infantil SOCIETY: N°3,4 Pu100%</b> Ideal para jogos oficiais Circunferência: 61 – 64cm Peso: 300 a 330g Câmara: látex Sistema: termofusão Miolo: removível e lubrificado (slip) Material: PU 100% (Poliuretano) 14 gomos “A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais.”		<b>UND</b>	10
05.	<b>Bola De Futebol ADULTO SOCIETY</b> Peso: 410-450g Circunferência: 68-70 cm Gomos: 6 Laminado: PU, Construção: Ultra Fusion, Câmara: 6D, Sistema de Forro: Termo fixo, Camada Interna: Evacel, Processo Extra: Dupla Colagem Cápsula SIS, “A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais.”		<b>UND</b>	15
06.	<b>COLETE ESPORTIVO Infantil:</b> Confeccionado em 100% poliéster (dry), sem gola, cores variadas dupla face, tamanhos P e M.		<b>UND</b>	12
07.	<b>Bola De Handebol:</b> Circunferência: 50 cm x 52 cm, Peso da bola: 225 g x 275 g Material da bola: superior macio e aderente com relevo Kempa Tipo de costura: Costurada à mão A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial com a aprovação da IHF - Federação Internacional de Handebol QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os		<b>UND</b>	05





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

	padrões técnicos exigidos para competições oficiais."			
08.	<b>Kit Rede de Vôlei Personalizada + Suporte de Antena + Par de Antenas de Fibra de Vidro:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Medidas da rede:</b> 9,5m x 1,00m de altura</li><li>• Fio: 2,00mm, com tratamento Anti-UV;</li><li>• Malha: 10cm entre nós;</li><li>• Faixa lateral: 25cm.</li><li>• Faixas superior e inferior: 7cm;</li><li>• Faixas impermeáveis (lona de toldo) com tratamento UV;</li><li>• Impressão com tratamento UV, trazendo mais qualidade e durabilidade e uma melhor qualidade de impressão;</li><li>• Acompanha corda para amarração, de 4mm de polipropileno trançado.</li><li>• <b>1 par de antenas de fibra de vidro oficial;</b> Altura da antena: 1,80 metros de altura.</li><li>• <b>Par de suporte para antena de fibra de vidro.</b></li></ul> <b>Material:</b> 100% Algodão, faixa de tecido na cor cru branco, Com fio para fixação costurado; <b>Dimensões:</b> 1 Metro de Altura por 5 Centímetros de Comprimento;		UND	20
09.	<b>Bola de Vôlei de Quadra Oficial:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Indicação: Competição   Profissionais e Amadores</li><li>• Vôlei de Quadra</li><li>• Painéis: 18</li><li>• Tamanho: 5 - oficial</li><li>• Composição: Super Composite Cover</li><li>• Circunferência: 65-67cm</li><li>• Laminada e com tratamento antibactericida</li><li>• Composição do material      Microfibra e Poliuretano</li></ul> Calibragem: 4.27 - 4.62 psi		UND	20

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais deverão:

- Atender às especificações técnicas oficiais das modalidades;
- Possuir certificação de qualidade quando aplicável;
- Ser novos, resistentes e adequados ao uso contínuo;
- Possuir garantia mínima de 06 meses;
- Ser entregues em perfeitas condições de uso.

## 7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega dos materiais deverá ocorrer em parcela única ou conforme cronograma formalmente definido pela Administração, devidamente justificado e compatível com a execução do objeto do Convênio nº 612/2025, devendo ocorrer integralmente dentro da vigência do referido instrumento, sendo vedada qualquer execução, pagamento ou reconhecimento de despesa após o





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

término da vigência.

## **8. LOCAL DE ENTREGA**

Os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer – SEMTUR, ou em local previamente indicado pela Administração.

## **9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento será o de menor preço por item, visando maior competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa.

## **10. RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

O recebimento será realizado por comissão designada, que verificará a conformidade dos produtos com as especificações técnicas.

O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo e aprovação dos materiais.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A contratada obriga-se a:

- I. Executar o objeto contratual em conformidade com as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- II. Fornecer materiais novos, de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação e adequados ao uso a que se destinam;
- III. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos produtos fornecidos, garantindo sua durabilidade e desempenho;
- IV. Substituir, às suas expensas e no prazo máximo a ser definido pela Administração, quaisquer produtos que apresentem defeitos, vícios, avarias ou desconformidade com as especificações;
- V. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- VI. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
- VIII. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto;
- IX. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, carga, descarga e entrega;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

- X. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração;
- XI. Cumprir todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança, qualidade e padronização dos materiais;
- XII. Observar rigorosamente a vinculação dos materiais ao objeto do Convênio nº 612/2025, colaborando com a Administração no fornecimento de informações necessárias à prestação de contas.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Acompanhar e fiscalizar a execução;
- Receber e conferir os materiais;
- Efetuar o pagamento conforme contrato;
- Fornecer informações necessárias à execução.

## **13. FISCALIZAÇÃO**

A execução será acompanhada por servidores designados pela SEMTUR, que verificarão o cumprimento das obrigações contratuais e a correta aplicação dos recursos públicos.

## **14. VEDAÇÕES**

É vedada a utilização dos materiais adquiridos para finalidade diversa da prevista no Convênio nº 612/2025, bem como sua destinação a outros programas ou secretarias.

## **15. PAGAMENTO**

O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal, estando condicionado à conformidade dos produtos.

O pagamento deverá ocorrer dentro da vigência do Convênio nº 612/2025, observado o cronograma de desembolso do referido convênio.

## **16. PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A execução da contratação deverá observar rigorosamente as exigências de prestação de contas do Convênio nº 612/2025, sendo obrigatória a apresentação de documentação comprobatória.

## **17. SANÇÕES**

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021 e nas normas aplicáveis ao Convênio nº 612/2025.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

## **19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Convênio nº 612/2025/PGE-SEJUCCEL, bem como da contrapartida do Município, devidamente consignados no orçamento vigente.

A execução orçamentária observará a seguinte classificação:

**Unidade Orçamentária: 02.08.01**  
**Projeto/Atividade: 27.813.0008.2005.0000**  
**Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00**  
**Ficha: 429**

## **20. DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência contratual deverá estar compatível com a vigência do Convênio nº 612/2025, sendo vedada sua prorrogação que ultrapasse o prazo estabelecido no referido instrumento.

## **21. DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de descumprimento das obrigações contratuais, atraso injustificado na execução do objeto, fornecimento de materiais em desacordo com as especificações ou irregularidades na aplicação dos recursos vinculados ao Convênio nº 612/2025.

A rescisão poderá ocorrer de forma unilateral pela Administração, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**Elaborado por:**

---

**Assinatura digital**  
**GÉSSICA ARAUJO ANDRE**  
**Diretora Técnica – SEMTUR**  
**Port. 082/2026**

---

**Assinatura digital**  
**Valmir Jose Christ**  
**Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer**  
**Dec. 011/2022**





Estado de Rondônia  
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026

ANEXO III

**MODELO DE PROPOSTA**

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2026

Abertura: ...../...../2026

Horário: .....h.....min.

Objeto: .....

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado

Fone/Fax: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

Conta Corrente nº \_\_\_\_\_. Agência nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Identificação do responsável legal da empresa: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando “**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, VISANDO CONTEMPLAR O PLANO DE TRABALHO BEM COMO TERMO DE CONVÊNIO N.º 612/2025/PGE-SEJUCEL, PARA ATENDER ÀS ATIVIDADES, PROJETOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.**”

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
01.	UND	<b>BOLA DE FUTSAL ADULTO:</b> Características Principais Material: PUPeso: 410-440Miolo: slip system - removível e lubrificado Gomos: 11Circunferência: 61- 64 Câmara: AIRBILITYConstrução: TERMOTEC PUGarantia do Fabricante: Contra Defeito de fabricação. “A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais.”	05	R\$	R\$
02.	UND	<b>BOLA DE FUTSAL SUB-11:</b> Confeccionada em poliuretano ou PVC, termos soldados ou termo colados, com câmara airbility, miolo em silicone lubrificado e substituível, com peso entre 300 a 330 gramas e circunferência entre 50 e 55cm. . “A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBFS e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais.”	05	R\$	R\$
03.	UND	<b>BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO:</b> Proporciona a fusão de partes diferentes em uma peça única, sem costuras, o produto se torna mais leve e resistente; Assegura menor absorção de água, sem perder a maciez. Composição: PU,	10	R\$	R\$





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

		Peso do Produto: 410 - 450 gr, Circunferência: 68 - 70 cm. Fabricada com material resistente, o modelo recebe uma dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos e garantindo a vida útil da bola por muito mais tempo. . "A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."			
04.	UND	<b>BOLA DE FUTEBOL INFANTIL SOCIETY: Nº3,4</b> Pu100% Ideal para jogos oficiais Circunferência: 61 – 64cm Peso: 300 a 30g Câmara: látex Sistema: termofusão Miolo: removível e lubrificado (slip) Material: PU 100% (Poliuretano) 14 gomos "A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."	10	R\$	R\$
05.	UND	<b>BOLA DE FUTEBOL ADULTO SOCIETY</b> Peso: 410-450g Circunferência: 68-70 cm Gomos: 6 Laminado: PU, Construção: Ultra Fusion, Câmara: 6D, Sistema de Forro: Termo fixo, Camada Interna: Evacel, Processo Extra: Dupla Colagem Cápsula SIS,"A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial (como FIFA, CBF e QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."	15	R\$	R\$
06.	UND	<b>COLETE ESPORTIVO Infantil:</b> Confeccionado em 100% poliéster (dry), sem gola, cores variadas dupla face, tamanhos P e M.	12	R\$	R\$
07.	UND	<b>BOLA DE HANDEBOL:</b> Circunferência: 50 cm x 52 cm, Peso da bola: 225 g x 275 g Material da bola: superior macio e aderente com relevo Kempa Tipo de costura: Costurada à mão A bola deverá possuir SELO de aprovação de entidade esportiva oficial com a aprovação da IHF - Federação Internacional de Handebol QUALITY PRO ou similar), como forma de garantir os padrões técnicos exigidos para competições oficiais."	05	R\$	R\$
08.	UND	<b>KIT REDE DE VÔLEI Personalizada + Suporte de Antena + Par de Antenas de Fibra de Vidro:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Medidas da rede: 9,5m x 1,00m de altura</li><li>• Fio: 2,00mm, com tratamento Anti-UV;</li><li>• Malha: 10cm entre nós;</li><li>• Faixa lateral: 25cm.</li><li>• Faixas superior e inferior: 7cm;</li><li>• Faixas impermeáveis (lona de toldo) com tratamento UV;</li><li>• Impressão com tratamento UV, trazendo mais qualidade e durabilidade e uma melhor qualidade</li></ul>	20	R\$	R\$





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

		<p>de impressão;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Acompanha corda para amarração, de 4mm de polipropileno trançado.</li><li>• <b>1 par de antenas de fibra de vidro oficial;</b> Altura da antena: 1,80 metros de altura.</li><li>• <b>Par de suporte para antena de fibra de vidro.</b></li></ul> <p><b>Material:</b> 100% Algodão, faixa de tecido na cor crú branco, Com fio para fixação costurado;</p> <p><b>Dimensões:</b> 1 Metro de Altura por 5 Centímetros de Comprimento;</p>			
09.	UND	<p><b>BOLA DE VÔLEI DE QUADRA OFICIAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Indicação: Competição   Profissionais e Amadores</li><li>• Vôlei de Quadra</li><li>• Painéis: 18</li><li>• Tamanho: 5 - oficial</li><li>• Composição: Super Composite Cover</li><li>• Circunferência: 65-67cm</li><li>• Laminada e com tratamento antibactericida</li><li>• Composição do material Microfibra e Poliuretano</li></ul> <p>Calibragem: 4.27 - 4.62 psi</p>	20	R\$	R\$

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$** .....(.....).

O prazo de entrega: Conforme especificação constante no Termo de Referência

O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.





Estado de Rondônia  
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026

ANEXO IV  
(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_/2026  
Abertura: ...../...../2026  
Horário: .....h.....min.

**Objeto:** O presente processo versa sobre: “**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, VISANDO CONTEMPLAR O PLANO DE TRABALHO BEM COMO TERMO DE CONVÊNIO N.º 612/2025/PGE-SEJUCEL, PARA ATENDER ÀS ATIVIDADES, PROJETOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.**”

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ N.º \_\_\_\_\_, sediada no(a) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF N.º \_\_\_\_\_, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

**DECLARAMOS**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021”.

**I** - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**II** - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

**III** - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

**IV** - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

**V** - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**VI** - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**VII** - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

**VIII** - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**IX** - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**X** - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

**XI** - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

**DECLARO** ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal

O CNPJ DA EMPRESA





Estado de Rondônia  
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026

ANEXO V

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06.)

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2026  
Abertura: ...../...../2026  
Horário: .....h.....min.

**Objeto:** O presente processo versa sobre “**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, VISANDO CONTEMPLAR O PLANO DE TRABALHO BEM COMO TERMO DE CONVÊNIO N.º 612/2025/PGE-SEJUCEL, PARA ATENDER ÀS ATIVIDADES, PROJETOS E COMPETIÇÕES PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.**”

A Empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua \_\_\_\_\_ Município de \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. \_\_\_\_\_ portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123/2006.

( ) **COOPERATIVA**, conforme disposto no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

( ) **AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL**, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

**DECLARA AINDA** não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado.

E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/202, e neste Edital.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome, cargo e CPF do Declarante)

CNPJ da empresa





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO**  
**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

**A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:**

- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 2.021, de 09/05/2017) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador







# Município de Alto Paraíso

63.762.025/0001-42  
Rua Marechal Cândido Rondon  
www.altoparaíso.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Edital</b>	<b>- de Licitação PE018</b>	<b>21/05/2026</b>

ID:	<b>607309</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>208514A2</b>		
Processo:	<b>1-1101/2026</b>		
Usuário:	<b>BRUNA QUINAIA</b>		
Criação:	<b>21/05/2026 12:03:39</b>	Finalização:	<b>21/05/2026 12:05:46</b>

MD5:	<b>F0571A8C2215E173DA1B0C71738E3011</b>
SHA256:	<b>6E8B8739BB9B66275B51EC79F061CE78B18C42BCD285CA5EF9175642B8A2ABAB</b>

Súmula/Objeto:  
**Edital - de Licitação PE018**

### INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO	ALTO PARAÍSO	RO	21/05/2026 12:03:39
--------------------------------------	--------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	21/05/2026 12:03:39
-----------------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 BRUNA QUINAIA	PREGOEIRA	21/05/2026 12:05:52
--	-----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.202/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.altoparaíso.ro.gov.br](http://transparencia.altoparaíso.ro.gov.br) informando o ID 607309 e o CRC 208514A2.